



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA**

WELLEN JAMYLLY RODRIGUES DA SILVA

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB: UMA
ANÁLISE SOBRE AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

**JOÃO PESSOA
2016**

WELLEN JAMYLLY RODRIGUES DA SILVA

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Monografia apresentada ao Departamento de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Joseneide S. Pessoa

JOÃO PESSOA
2016

S586g Silva, Wellen Jamylly Rodrigues da.

Gestão de resíduos sólidos do município de João Pessoa - PB: uma análise sobre as dificuldades enfrentadas pelos catadores de materiais recicláveis / Wellen Jamylly Rodrigues da Silva. – João Pessoa, 2016.

52f. : il.

Orientador: Profª Drª Joseneide S. Pessoa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Gestão de resíduos sólidos. 2. Políticas públicas para gestão de resíduos sólidos. 3. Catadores de materiais recicláveis. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 35(043.2)

WELLEN JAMYLLY RODRIGUES DA SILVA

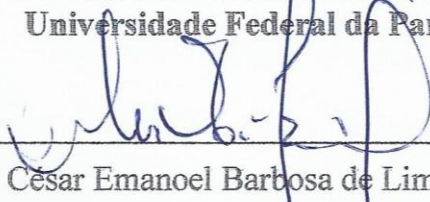
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Monografia apresentada ao Departamento de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovada em: 23 de novembro de 2016.



Profª Drª Joseneide Souza Pessoa (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba



Profº Dr. César Emanuel Barbosa de Lima (Examinador)
Universidade Federal da Paraíba



Profº Dr Vanderson Golçaves Carneiro (Examinador)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este estudo a minha Mãe Marineide Rodrigues; e a todos os professores do Curso Tecnologia em Gestão Pública e também aos meus amigos, e colegas de classe que me incentivaram durante esta jornada.

AGRADECIMENTOS

A *Deus* por permitir chegar até aqui, mesmo com todas as dificuldades ao longo desta trajetória, por me dar forças para continuar e certeza de Ele sempre está comigo.

A minha Mãe Marineide Rodrigues, por entender minhas alterações de humor e sua preocupação comigo. Eu te amo!

Ao meu Pai Wilson Alves.

A Família Rodrigues que tanto amo.

A Mestra Joseneide S. Pessoa, por me aceitar como monitora, extensionista e orientanda. Aguentando-me durante dois períodos, os quais nos víamos todos os dias, mas principalmente, sua paciência e dedicação a esta orientanda relapsa, que quando pensava em desistir me incentivava a continuar.

Ao Professor César Emanuel B. de Lima, que em conversas me contava sobre experiências dele e de seus alunos, fazendo com que despertasse o desejo de querer um pouco destas tais experiências.

A todos os professores que mesmo em brincadeiras me incentivaram a concluir.

Aos meus queridos amigos que sempre me deram palavras de conforto na tentativa de me tranquilizar e me fazer continuar, com aquela frase “Você consegue, força” ou simplesmente, com um abraço que muitas vezes valia mais do que palavras.

A banca examinadora, que cedeu um pouco de seu tempo para estar em minha apresentação.

Meu muito Obrigado!

Educar é crer na perfectibilidade humana, na capacidade inata de aprender e no desejo de saber que há coisas (símbolos, técnicas, valores, memórias, fatos...) que podem ser sabidas e que merecem sê-lo e que nos, homens, podemos melhorar uns aos outros por meio do conhecimento. Com verdadeiro pessimismo pode-se escrever contra a educação, mas o otimismo é imprescindível para estudá-la e para exercê-la. Os pessimistas podem ser bons domadores, mas não bons professores.

(Fernandes Savater)

RESUMO

O presente estudo trata da política de gestão de resíduos sólidos do município de João Pessoa, voltando sua atenção para os catadores de materiais recicláveis que atuam como agentes ambientais. Para tanto, temos como objetivo geral investigar/analisar as dificuldades enfrentadas pelos catadores junto à gestão de resíduos sólidos do município, a partir da percepção deles e por entender a importância que eles têm no processo de gestão do RS. A metodologia se deu a partir de um estudo exploratório acerca das dificuldades relatadas pelos catadores, como também, estudo de campo, utilizando o formulário como instrumento de coleta de dados. Tendo, como universo da pesquisa, as associações de catadores localizadas no município, utilizou-se uma amostra não-probabilística, por ter facilidade ao acesso em duas associações, Ascare-JP e Catajampa. Constatamos que, ao limitarmos este estudo as dificuldades enfrentadas pelos catadores, mesmo após a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, eles passam pelas mesmas dificuldades de quando não existia legislação aplicável para a categoria. Com isso, concluímos que, embora o Plano tenha sido criado em prol da melhor gestão de resíduos sólidos e da inserção dos catadores, o que se percebe é a insatisfação, pois a minoria da população que doava o material agora guarda para Energisa e o poder público não ajuda na estrutura organizacional, mostrando o efeito contrário a política. A luta contínua por seus direitos e a falha existente na gestão pública, que não põe em prática o que elabora, caracteriza a ineficiência do plano.

Palavras-chave: Gestão de Resíduos Sólidos. Políticas Públicas para Gestão de Resíduos Sólidos. Catadores de Materiais Recicláveis.

ABSTRACT

The present study deals with the solid waste management policy of the municipality of João Pessoa, turning its attention to the collectors of recyclable materials that act as environmental agents. In order to do so, we have as general objective to investigate/analyze the difficulties faced by the collectors with the solid waste management of the municipality, based on their perception and for understanding the importance they have in the management process of RS. The methodology was based on an exploratory study about the difficulties reported by the collectors, as well as a field study, using the form as a data collection instrument. As a research universe, the associations of collectors located in the municipality used a non-probabilistic sample, because it was easy to access in two associations, Ascare-JP and Catajampa. We have found that, by limiting this study to the difficulties faced by waste pickers, even after the implementation of the Municipal Solid Waste Management Plan - PMGIRS, they face the same difficulties as when there was not applicable legislation for the category. With this, we conclude that although the Plan was created in favor of better solid waste management and the insertion of waste pickers, what is perceived is the dissatisfaction, since the minority of the population that used to donate the material now saves to Energisa and the power Public does not help in organizational structure, showing the opposite effect to policy. The continuous struggle for their rights and the existing flaw in public management, which does not put into practice what it elaborates, characterizes the inefficiency of the Plan.

Keywords: Management of Solid Waste. Public Policies for Waste Management. Recyclable Materials Collectors.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 – Evolução dos R da responsabilidade com a sustentabilidade ambiental....	14
Figura 01 – Tipos de Lixões: resíduos urbanos e tecnológicos.....	13
Figura 02 – Antigo Lixão de Roger.....	31
Figura 03 – Aterro sanitário de João Pessoa	31
Gráfico 01 – Sexo dos Catadores.....	30
Gráfico 02 – Associação trata sobre a PNRS	35
Gráfico 03 – Sabe o que é o PMGIRS	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Geração de resíduos sólidos domiciliares e resíduos de limpeza urbana	22
Tabela 02 – Média de idade dos catadores	29
Tabela 03 – Tempo de trabalho com catação	30
Tabela 04 – Quanto tempo estão na organização atual.....	32
Tabela 05 – Sentimento em relação ao trabalho	32
Tabela 06 – Dificuldades relatadas pelos catadores	33
Tabela 07 – Após a criação, o PMGIRS mudou o tratamento recebido pela sociedade e poder público	36
Tabela 08 – Como se dá o diálogo entre poder público e catadores	37
Tabela 09 – Em sua opinião, o PMGIRS, em todas as questões ligadas ao catador (condições de trabalho, atividade laboral, melhorias necessárias), o plano contemplou?.....	38
Tabela 10 – O que você, a associação, a sociedade e o poder público podem fazer para melhorar o trabalho na catação de materiais recicláveis?.....	39
Tabela 11 – O que a associação pode fazer para melhorar o trabalho dos catadores	40
Tabela 12 – O que a sociedade pode fazer para melhorar o trabalho dos catadores	41
Tabela 13 – O que o poder público pode fazer para melhorar o trabalho dos catadores	42

LISTA DE SIGLAS

ASCARE – Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de João Pessoa

ASTRAMARE – Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis

CATAJAMPA – Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis de João Pessoa

CF – Constituição Federal

EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PERS – Plano Estadual de Resíduos Sólidos

PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

RLU – Resíduo de Limpeza Urbana

RS – Resíduos Sólidos

RSD – Resíduo Sólido Domiciliar

RSU – Resíduo Sólido Urbano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS PARA DISCUSSÃO	18
2.2	POLÍTICA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB: O PAPEL DO CATADOR NO PMGIRS.....	23
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4	RESULTADOS EM RELAÇÃO ÀS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS CATADORES EM SEU DIA A DIA	29
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	29
4.2	DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS CATADORES EM RELAÇÃO À GESTÃO DO PMGIRS	33
4.3	CONHECIMENTO DOS CATADORES SOBRE O PMGIRS.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

O homem, em seu processo histórico, sempre produziu lixo. Mas, a partir do capitalismo, vem aumentando a cada década a quantidade de lixo, devido aos excessos do padrão de consumo da sociedade.

O consumismo no tempo moderno é fruto de uma tendência de que precisamos ter mais, para viver melhor. O materialismo da sociedade burguesa trouxe ao mundo muitos ganhos tecnológicos e científicos, de um lado, como também toda uma problemática sócio-ambiental, que mais recentemente vem sendo desveladas as suas consequências.

Esse modelo de sociedade é um grande gerador de lixo, embora, que parte deste, seja cada vez mais reciclado, reaproveitado ou reutilizado, mas o que sobra de lixo sem ter nenhum tipo cuidado é bastante significativo. Destacando ainda, o aumento de um tipo muito específico, o lixo tecnológico. Entendendo também, que a quantidade excessiva de lixo produzida, significa também o abuso dos recursos naturais, que são finitos. Portanto, estamos diante de um dilema, ou mudamos radicalmente a nossa forma de agir em prol do planeta ou não teremos condições, num futuro próximo, de viver num planeta habitável.

Diante deste dilema real, a questão do lixo, denominado cientificamente como Resíduos Sólidos-RS, tem que ser enfrentada pelas nações. Desse modo, as respostas para enfrentar esse problema (excesso de lixo) já vem sendo dadas há algumas décadas atrás, mas nem por isso, o problema foi extinto ou controlado pelos países. Por via de regra, a existência dos lixões ainda são recorrentes nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, e que além de produzir os seus próprios lixos, recebem o lixo de outros países, principalmente o lixo tecnológico, com a desculpa velada dos países desenvolvidos que estão doando tecnologia para os mais pobres:

FIGURA 1: Tipos de Lixões – resíduos urbanos e tecnológicos



Fonte: <https://www.google.com.br/> (2016).

A via do controle é a mais coerente, porque o mundo não vai mudar a sua forma de produzir e de consumir rapidamente para se tornar uma sociedade sustentável, como se espera. Mas o caminho a ser perseguido é esse, ultrapassarmos a sociedade de risco para uma sociedade sustentável.

Tornar sustentável a vida no planeta, agindo de forma menos agressiva, mais tolerante com a natureza, porque dela depende a nossa própria existência física, isso implica usufruir dos bens naturais de maneira mais equilibrada, pensando na vida do ecossistema como um todo e não apenas do homem em si. Isso requer, como uma das medidas, dentre outras, a resolução do excesso de lixo. O que fazer com ele? Como produzir menos lixo? Como transformá-lo? São perguntas como essas sobre as quais vêm se debruçando muitos cientistas e pessoas interessadas no tema.

As respostas a serem cultivadas por todos requer um estabelecimento de uma consciência coletiva sobre a forma de como nos comportamos no mundo, entendendo que precisamos mudar e agir em correspondência. O 7 Rs da responsabilidade para com a sustentabilidade ambiental incide diretamente na relação entre o lixo e o consumo. Exigindo, portanto, um processo dialógico entre o homem e a natureza para diminuir a quantidade de RS no mundo por meio de grandes ações e de pequenas no cotidiano da vida social, que devem ser adotadas por todos (indivíduos, empresas, governos, nações) em *Repensar; Reduzir; Reutilizar; Reaproveitar; Reciclar; Recusar e Recuperar*¹. Esses termos foram gradativamente incorporados na medida que as discussões, leis, políticas públicas foram sendo conduzidas a pensar a gestão ambiental, gerando uma espécie de evolução sobre a Responsabilidade ambiental:

QUADRO 1 – Evolução dos R da responsabilidade com a sustentabilidade ambiental

1º MOMENTO (ONTEM)	2º MOMENTO (HOJE)	3º MOMENTO (AMANHÃ)	OBSERVAÇÃO
3 R's 1-Reduzir 2-Reutilizar Reaproveitar 3- Reciclar	5 R's 1-Reduzir 2-Reutilizar 3-Reaproveitar 4-Reciclar 5- Repensar	7 R's 1-Reduzir 2-Reutilizar 3-Reaproveitar 4-Reciclar 5-Repensar 6-Recusar 7- Recuperar	DESEJADO O mais importante de tudo: REINVENTAR: Uma nova maneira de: viver, consumir, produzir, transportar, armazenar e até prestar serviços financeiros.

Fonte: <https://sites.google.com/site/reambientar/Home/os-7-r-s-do-meio-ambiente> (2016).

No Brasil, a geração de lixo aumentou 29% no período de 2003 a 2014, isso equivale a cinco vezes a taxa de crescimento populacional neste período, que atingiu 6% de acordo com

¹ Ver em: <https://sites.google.com/site/reambientar/Home/os-7-r-s-do-meio-ambiente>

um levantamento divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Sólidos (ABRELPE) em 2015². Ressalta-se, ainda, que mais de 41% das 78,6 milhões de toneladas de resíduos sólidos, produzidos em 2014, foram para lixões e aterros controlados.

Os 1.794 municípios dos nove Estados da região Nordeste³ geraram, em 2014, a quantidade de 55.177 toneladas/dia de RSU, das quais 78,5% foram coletadas. Os dados indicam crescimento de 3,6% no total coletado e aumento de 3,2% na geração de RSU relativamente ao ano anterior. A comparação entre os dados referentes à destinação adequada de RSU apresentou discreta melhoria de 2013 para 2014 na região. Dos resíduos coletados na região, pouco mais de 64%, correspondentes a 27.924 toneladas diárias, ainda são destinados para lixões e aterros controlados que, do ponto de vista ambiental, pouco se diferenciam dos próprios lixões, pois não possuem o conjunto de sistemas necessários para proteção do meio ambiente e da saúde pública (ABRELPE, 2014).

Os municípios da região Nordeste aplicaram em 2014, em média, R\$ 2,99 por habitante/mês nos serviços de coleta de RSU e R\$ 5,38 por habitante/mês na prestação dos demais serviços de limpeza urbana. Estes valores somados resultam em uma média mensal de R\$ 8,37 por habitante para a realização de todos os serviços relacionados com a limpeza urbana das cidades, inferior à média nacional. A quantidade de empregos diretos gerados pelo setor de limpeza urbana nos municípios da região Nordeste em 2014 foi de 95.227 postos de trabalho. O mercado de serviços de limpeza urbana da região movimentou a quantia de R\$ 5,9 bilhões, registrando um crescimento de 5,8% em relação a 2013 (ABRELPE, 2014).

De acordo com dados do IBGE (1991, *apud* RECICLOTECA, 2000), na década passada, e somente em 1% dos municípios, os resíduos sólidos passavam por algum tratamento, a reciclagem. De acordo com Rohem (2004, p. 122) “O processo de reciclagem tornou-se uma solução importante na preservação do meio ambiente, colaborando com a diminuição da extração de matéria-prima, isto veio como uma tendência das sociedades capitalistas, investir em proteção e recuperação do meio ambiente.”

Segundo Gonçalves (2005), a reciclagem trata-se de uma atividade antiga, porém, ainda em expansão, tornando-se uma oportunidade de trabalho para pessoas com pouca/nenhuma qualificação profissional, e, em relação direta com a qualidade e a quantidade

² Ver em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/producao-de-lixo-no-pais-cresce-29-em-11-anos-mostra-pesquisa-da-abrelpe>

³ Em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>

de resíduos sólidos produzidos. Mas a reciclagem, por si só, não garante a preservação ambiental e nem o controle dos resíduos sólidos por completo.

Em 02 de Agosto de 2010 foi criada a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil, que tem, por finalidade, estabelecer diretrizes, instrumentos e objetivos referentes à gestão integrada e gerenciamento de resíduos sólidos. A referida Lei menciona os estados e os municípios como colaboradores e formadores de seus planos estaduais e municipais.

Embora a PNRS tenha sido instituída há praticamente seis anos, ainda encontramos estados e municípios que não formularam seus planos de resíduos sólidos. No ano de 2014, o governo do Estado da Paraíba elaborou o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, em versão preliminar. Neste mesmo ano, a Prefeitura de João Pessoa/PB, elaborou o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com duas fases – diagnóstico e prognóstico e planejamento. O município ainda conta com o Código Municipal de Meio Ambiente através da lei complementar nº 29, de 29 de agosto de 2002.

Mesmo com todo esse aparato legal, a participação da sociedade também é fundamental na gestão ambiental, pois segundo Kravetz e Barbosa (2013) a relação entre o homem e a natureza é ditada pela vivência social e são elas que explicam as múltiplas e diversificadas práticas de apropriação e de uso dos recursos ambientais (inclusive a atribuição deste significado econômico).

A partir desse contexto, notou-se a necessidade de um estudo que apreciasse a situação de como está sendo implementada a gestão de resíduos sólidos-RS no município de João Pessoa/PB, a partir da percepção dos catadores e por entender, a importância deles no processo de gestão do RS, pois eles acabam de certo modo sendo agentes ambientais, cuidando da cidade e da sociedade.

Diante disso, a pergunta de partida deste estudo se originou a partir da seguinte indagação: quais são as dificuldades enfrentadas pelos catadores de materiais recicláveis na gestão de resíduos sólidos junto à política ambiental de João Pessoa?

O presente estudo trata das dificuldades enfrentadas pelos catadores no processo de gestão dos resíduos sólidos, mediante a execução do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos-PMGIRS do Município de João Pessoa/PB. A figura do catador de resíduos sólidos se torna central como ator social em nossa pesquisa, porque acreditamos que ele exerce, na sociedade, um papel importante no desenvolvimento de uma sociedade sustentável, a sua atividade laboral age diretamente nas políticas ambientais e serve para a aplicação dos 7Rs, baseados na ideia de um consumo sustentável para o planeta.

Constituiu-se, portanto, como objetivo geral da pesquisa, investigar e analisar as dificuldades enfrentadas pelos catadores de materiais recicláveis junto à gestão de resíduos sólidos da política ambiental no município de João Pessoa/PB. Quanto aos objetivos específicos, detalhar a gestão de resíduos sólidos na política ambiental de João Pessoa; levantamento das principais dificuldades enfrentadas pelos catadores de materiais recicláveis na gestão de resíduos sólidos do município; verificar/identificar as ações da política de gestão de resíduos sólidos da política ambiental do município de João Pessoa junto aos catadores de materiais recicláveis.

Entendeu-se que este estudo tem fundamental relevância para a área de gestão pública porque a temática sobre meio ambiente, e mais especificamente gestão de resíduos sólidos tem uma dupla função no Estado e na sociedade civil, tanto do ponto de vista da educação para cidadania, como a de controle social e economia. Esperamos, com esse estudo, levar ao leitor uma aproximação com a política pública de gestão de resíduos sólidos, em particular a de João Pessoa/PB.

Tem-se a compreensão de que, para a gestão pública, as políticas públicas adotadas para essa área do município, tenham um aperfeiçoamento no conjunto de tomada de decisões: planos; metas e ações, na busca da construção de resoluções de problemas e de possíveis dificuldades de relacionamento entre poder público e catadores, bem como efetivando a participação dos catadores na gestão de resíduos sólidos. Sem esquecer do ator-gestor público, que detém o respeitável trabalho de tomar decisões certas que tragam impactos positivos para as políticas ambientais, para a sociedade e para os catadores em favor da excelência da gestão pública.

Diante da dimensão do problema, a pesquisadora entende que este estudo é relevante por acreditar que a cidade pode ser mais sustentável, que o meio ambiente pode ser melhorado e melhor utilizado e que o poder público, a sociedade e os catadores de materiais recicláveis venham a se tornar o tripé fundamental para que isso ocorra.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS PARA DISCUSSÃO

A temática meio ambiente está em evidência no mundo, na medida em que envolve uma preocupação no que se refere à sua preservação e recuperação. De acordo com Marchi (2015), a crise ambiental vivenciada no mundo tem constituído um dos maiores desafios da humanidade. A gestão ambiental torna-se essencial por se tratar de uma ferramenta de conscientização da sociedade e de gerência das políticas públicas voltadas para o meio ambiente. A gestão ambiental no âmbito brasileiro deve ser desenvolvida pelas três esferas de governo, que, por meio de instrumentos políticos, legais e técnicos, atuam na preservação e sustentabilidade social e econômica do meio ambiente.

Para tentar coibir a poluição e a degradação ocasionada pela geração desenfreada de lixo, segundo Quintas (2004, p.113), “o Poder Público estabelece padrões de qualidade ambiental, avalia impactos ambientais, licencia e revisa atividades efetiva e potencialmente poluidoras”.

Pensar na crise ambiental da atualidade, é remeter o pensamento a fatos históricos, pois é notório que, com o passar dos anos, a natureza foi sendo usada como recurso infinito para suprir as necessidades do ser humano, sem qualquer tipo de limite.

Roveda et al (2010, p.3), enfatizam:

A destruição da natureza tinha como fim o bem do homem, o consumo desenfreado era um meio para o enriquecimento e para uma melhor qualidade de vida do ser humano, durante esse período o progresso industrial estava baseado no uso dos recursos da natureza.

Diante de um fato tão relevante, foi preciso sistematizar uma política pública que tivesse como foco o meio ambiente; para tanto, foi criada a Gestão Ambiental. Segundo Kravetz e Barbosa (2013, p.8), “gestão ambiental envolve um conjunto de políticas, programas e práticas que levam em consideração a saúde e a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente”. De acordo com Kravetz; Barbosa (2013, p.9) que ocorre uma relação íntima entre o meio ambiente, desenvolvimento e qualidade de vida. Esses aspectos indicam que a gestão ambiental é essencial para a contínua melhoria das condições de vida de cidadãos e cidadãs.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 23, incisos VI e VII, respectivamente, traz a seguinte redação: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; e preservar as florestas, a fauna e a flora. E como consta no Art. 225 da CF de 1988: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF, 1988).

No contexto dos instrumentos legais, foi instituída a Lei n. 6.938/1981, a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA. Em seu Art. 3º, Inciso I, define meio ambiente como um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; e no inciso III do mesmo artigo, se refere à poluição como degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, tais como estão descritos nas alíneas *d* e *e*, respectivamente, afetam as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente e lancem materiais ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (BRASIL, 1981).

A PNMA, que define o meio ambiente como sendo um patrimônio público, o qual deve ser protegido, como também, institui algumas ferramentas com as quais visa garantir o alcance de seus objetivos:

Art 2º – A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios. (BRASIL, 1981)

Com o aumento do poder aquisitivo; a sede insaciável e necessidade de consumir cada vez mais, a expansão urbana e populacional fez com que houvesse um crescimento alarmante no consumo de produtos e embalagens descartáveis. O consumo virou moda, e, para suprir a demanda de oferta e procura, ocorreu uma maior utilização de recursos naturais, conseqüentemente, mais produtos fabricados e mais produção de lixo. No Brasil, por exemplo, no período de 2003 a 2014, o país teve um crescimento populacional de 6%, enquanto o crescimento de produção de lixo ficou na casa dos 29%, isso tem afetado o meio ambiente.

No ano de 2013, o país teve uma geração total de Resíduos Sólidos Urbanos de 76.387.200 toneladas, representando um aumento significativo diante da problemática, de

4,1% em relação a 2012, a geração *per capita* no país é 1.041kg/hab.dia. A região Nordeste é a segunda em participação no total de RSU coletado, com 22,1 %, atrás da região Sudeste. Na Paraíba, em 2013, foi registrada uma geração de 3.409 t/dia de resíduos sólidos, e apenas 2.902 t/dia foi coletado.

Esses números são assustadores e compelem para que a problemática do lixo seja considerada como tema central nos países, principalmente naqueles que não dispõem de estruturas de gestão dos RS. Entretanto, a forma como tratamos os termos rejeito e lixo podem ser comparados. Gonçalves (2005) traz uma definição encontrada no dicionário Houaiss de 2001 do que seria lixo: qualquer objeto sem valor ou utilidade, detrito oriundo de trabalhos domésticos ou industriais que se joga fora; uso informal ou de forma pejorativa: coisa ordinária, malfeita, feia; pessoas sem qualquer dote moral, físico ou intelectual; a camada mais baixa da sociedade; escória, ralé.

De acordo com a NBR 10.004 (2004), entende-se por resíduos sólidos aqueles nos estados sólidos e semi-sólidos que resultam de atividades da comunidade, de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.

O lixo, de um lado, se transformou em um grande problema da questão ambiental, e por outro lado, uma questão sócio-econômica. Mas, nas duas condições, a gestão dos RS é fundamental para um desenvolvimento sustentável da sociedade.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, representada pela Lei nº 12.305 de 2010, que apresenta normas sobre o gerenciamento de resíduos sólidos; obrigações dos empresários, poder público e sociedade; definições; e ainda, coloca em cena, o trabalho dos catadores. Na referida Lei, em seu Art. 3º define:

X – *gerenciamento de resíduos sólidos*: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

A PNRS (2010) menciona normas e diretrizes para que os estados elaborem seus planos de resíduos sólidos e os municípios, elaborem os planos de gestão integrada de resíduos sólidos, e traz outras definições relevantes para o estudo, em seu Art. 3º:

XI – *gestão integrada de resíduos sólidos*: grupo de ações voltadas para busca de soluções dos resíduos sólidos, em prol do desenvolvimento sustentável;
XIII – *padrões sustentáveis de produção e consumo*: produção e consumo de produtos e serviços para atender as necessidades da sociedade, melhores

condições de vida, sem que a qualidade ambiental seja comprometida para as futuras gerações;

XIV – reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos com alteração de suas propriedades – físicas, químicas ou biológicas – finalizando o processo em insumos ou produtos novos;

XV – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Apesar de a PNRS ter sido instituída há 6 (seis) anos, alguns estados e municípios, não concluíram ou até mesmo iniciaram a elaboração de seus planos. A diferença de tempo entre a criação do PNMA em relação à PNRS é de vinte nove anos.

Isso mostra que, apesar de o tema ter se tornado visível e urgente, não significa que as esferas de governo deram o mesmo tratamento à questão do meio ambiente, protelando suas responsabilidades, eximindo-se do papel central de atuar na defesa e na sustentabilidade ambiental.

O estado da Paraíba deu início à elaboração de seu plano, apresentando/publicando, em junho de 2014, uma versão preliminar para consulta pública, intitulada Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba (PERS-PB) – Relatório Síntese que:

[...] apresenta um conjunto de metas, orientações e instrumentos relacionados aos aspectos institucionais, ambientais, sanitários, econômicos, financeiros, sociais e normativos que devem nortear gestores públicos, estaduais e municipais, bem como o setor produtivo, na tomada de decisões e na formulação de programas e ações relativos à gestão e ao manejo dos resíduos sólidos no Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2014).

Baseando-se em dados apresentados no PERS-PB, sobre geração de resíduos sólidos urbanos por município, traremos à baila dados de cidades do estado da Paraíba com população superior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, as informações trazidas na Tabela 1 mostram valores de resíduos produzidos em domicílios e na limpeza urbana, a seguir:

TABELA 1: Geração de resíduos sólidos domiciliares e resíduos de limpeza urbana

Município	População 2010 (hab.)	População 2014 (hab.)	Resíduos sólidos domiciliares		Resíduos de limpeza urbana	
			Per capita (kg/hab.dia)	Produção (kg/dia)	Per capita (kg/hab.dia)	Produção (kg/dia)
Bayeux	99.716	105.038	1,41	148.104	0,087	22.216
Cabedelo	57.944	65.389	0,58	37.926	0,071	5.689
Cajazeiras	58.446	60.009	0,47	28.204	0,071	4.231
Campina Grande	385.213	397.858	1,41	560.980	0,212	84.147
Guarabira	55.326	56.943	0,58	33.027	0,087	4.954
João Pessoa	723.515	780.846	1,41	1.100.993	0,212	165.149
Patos	100.674	104.477	1,41	147.313	0,212	22.097
Santa Rita	120.310	122.144	1,41	172.223	0,212	25.834
Sapé	50.143	51.304	0,58	29.757	0,087	4.463
Sousa	65.803	67.115	0,47	31.544	0,071	4.732

Fonte: Plano Estadual de Resíduos Sólidos da Paraíba (2014)

O cálculo usado para chegar ao valor total de produção de RSD e de RLU foi: População x Per capita (kg/hab.dia) = Produção (kg/dia). Com isso, podemos concluir que as cidades paraibanas que mais produziram resíduos sólidos domiciliares por dia, no período de 2000 a 2010 foram, em ordem crescente: João Pessoa; Bayeux; Campina Grande; Patos e Santa Rita. E que o valor de produção ultrapassa a quantidade de habitantes, ou seja, a população está produzindo resíduos para si e pelo próximo, e nem sempre este resíduo pode ser reutilizado, reaproveitado ou reciclado, tornando-se rejeito, e ainda, aqueles podem passar pelo processo dos 3R's, não recebem a destinação correta.

De acordo com a PERS-PB, em 2014, a coleta seletiva realizada pelos catadores de materiais recicláveis ainda era incipiente, principalmente na região nordeste. Em João Pessoa, apenas 1,5% de todo resíduo gerado provém deste procedimento. Vale salientar que os dados referentes à coleta seletiva realizada por catadores de materiais recicláveis de maneira autônoma não podem ser contabilizados nas estatísticas.

No Brasil, segundo dados do IBGE (2008), naquele ano havia pouco mais de 70 mil catadores de materiais recicláveis nas áreas urbanas do país, e no estado da Paraíba 1.244, em 70% dos municípios paraibanos os catadores de materiais recicláveis estão presentes.

Sobre este ator importante na cadeia da reciclagem, o PERS-PB na Diretriz 2 – “Integração das Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis”, que corrobora o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, e são importantes ações de fortalecimento desta atividade laboral, tais estratégias:

- a. Fomento à implantação da coleta seletiva nos municípios com a participação de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis por meio de associações ou cooperativas, por meio do programa PCSS; b. Promoção de ações de capacitação técnica, gerencial e profissionalizante das cooperativas

e associações de catadores; c. Estímulo a parcerias entre empresas recicladoras, poder público e iniciativa privada para o desenvolvimento de programa de coleta seletiva e para o fortalecimento de associações e cooperativas de catadores; d. Ações de apoio às cooperativas de catadores na agregação de valores e comercialização dos resíduos recicláveis, e. Orientação da coleta seletiva para as organizações de catadores de materiais recicláveis (PARAÍBA, 2014).

Porém, enquanto o estado está com certo atraso, pois conta apenas com um esboço preliminar do Plano Estadual de Resíduos Sólidos da Paraíba, a capital João Pessoa, já está um passo à frente, pois conta com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com duas fases – diagnóstico e prognóstico-planejamento, e também, com o Código Municipal de Meio Ambiente, através da Lei complementar n. 29 de 29 de agosto de 2002.

Para darmos mais atenção ao Plano municipal e ao catador de material reciclável, na sessão seguinte trataremos sobre a problemática da gestão dos resíduos sólidos, especificamente em João Pessoa e o papel do catador neste processo.

2.2 POLÍTICA DE GESTÃO RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB: O PAPEL DO CATADOR NO PMGIRS

A gestão pública tem um papel relevante em todos os segmentos da sociedade e deve levar, à reflexão, tudo que abrange a sustentabilidade e possíveis soluções. Porém, sabe-se que o nível de esfera pública que tem maior dificuldade em implantar seus planos na gestão ambiental é a municipal. As principais dificuldades encontradas na maioria dos municípios são, segundo Moraes e Borja (2009): limitação financeira; incapacidade técnica e política dos profissionais envolvidos; falta de programas de educação ambiental e controle ambiental; o não envolvimento da sociedade e o consumo em alta, aumentando, assim, a geração de lixo.

De acordo com o que consta no PMGIRS (2014), o modelo de gestão dos resíduos sólidos tem, como objetivo, buscar a eficiência e a eficácia dos serviços. O modelo adotado no município de João Pessoa/PB leva em consideração o envolvimento do cidadão, do servidor de limpeza urbana com relação ao público interno e externo e a inserção social de catadores.

Fora as questões dos governos em relação aos seus aspectos técnicos e políticos, as mudanças na sociedade também aumentam a questão ambiental, tais como: o crescimento populacional; a expansão urbana; o aumento do poder aquisitivo; a moda do consumismo e a modernização, os quais fizeram com que houvesse uma crescente utilização de produtos e

embalagens descartáveis, e cada vez mais produtos são fabricados, com isso, ocorre um aumento significativo na geração de lixo (GONÇALVES, 2005).

Na área urbana são encontrados variados tipos de resíduos sólidos (plástico, pet, papel, papelão, vidro, cobre, alumínio, entre outros) que provêm de serviços de limpeza pública, construções, hospitais, domicílios, indústrias, eletroeletrônicos. No município de João Pessoa, em 2013, a produção total de resíduos sólidos urbano, incluindo domiciliar, limpeza urbana e construção civil, foi de 415.958.59 t, enquanto só os domiciliares e de limpeza pública, geraram um total de 263.520.13 t, de acordo com o PMGIRS (2014).

Durante mais de quatro décadas, os resíduos coletados pelas empresas de limpeza urbana eram depositados no antigo Lixão do Roger, que se tornou, ao longo de seu funcionamento, criador de pessoas trabalhando e morando em meio ao lixo. Porém, em 2003, este passou a ser utilizado como estação de transbordo, os resíduos anteriormente depositados no lixão, passaram a ser encaminhados ao Aterro Metropolitano de João Pessoa. Para melhor entendimento, de acordo com a NBR 8419/1983 aterro sanitário de resíduos sólidos consiste em:

Técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário.

Portanto, torna-se mais adequado utilizar o aterro sanitário para destinação final dos resíduos gerados por toda sociedade, pois utiliza técnicas de engenharia para permitir o isolamento mais seguro, controlando o contato de substâncias depositadas no solo ou em mananciais, além de contar com captação e tratamento de chorume e gases, monitoramento e previsão de encerramento do aterro.

Segundo o PMGIRS (2014), no ano 2000, o município iniciou um Projeto Piloto de Coleta Seletiva 2000 da EMLUR, nos bairros de Cabo Branco, Miramar, Tambaú e parte de Manaíra, ação de recolhimento realizada porta a porta para resíduos que não fossem considerados rejeitos, como plástico, metal, vidro, papel. Assim eles seriam valorizados, e ocasionaria a redução do volume de material destinado ao antigo Lixão do Roger. Enquanto o lixão estava em funcionamento, 500 pessoas faziam a catação dos resíduos no local, e com a implantação deste projeto, parte desses catadores formaram a Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis - ASTRAMARE.

Conforme consta no PMGIRS (2014), com o passar de alguns anos, o projeto de Coleta Seletiva continuou sendo implementado; em 2005, deixou de ser um projeto piloto, e se tornou um programa com abrangência maior, e, em 2007 a coleta seletiva passou a ser realizada por outra associação, o Acordo Verde. Porém, em 2011, teve uma baixa por falta de publicização contínua do programa e a diminuição do apoio da população à coleta seletiva, ocasionando, assim, a redução na quantidade de material reciclável. Com isso, muitos resíduos que poderiam ser aproveitados são encaminhados para o aterro sanitário, prejudicando a atividade dos catadores, a cadeia da reciclagem, e diminuindo a vida útil do aterro sanitário, prejudicando ainda mais o meio ambiente.

Diante do exposto, no PMGIRS (2014, p.219), aborda as dificuldades dos catadores no âmbito da coleta seletiva:

Um dos obstáculos enfrentados pela coleta seletiva no município de João Pessoa, segundo informações da EMLUR (2013), é a concorrência dos (as) catadores(as), não cadastrados (autônomos), diminuindo assim o volume final dos resíduos recicláveis coletados pelas associações. Por observações feitas em anos anteriores, a EMLUR verificou que os (as) catadores (as) não cadastrados já atuavam nas áreas mapeadas pela coleta seletiva, porém a maioria não tem interesse em trabalhar nas associações ou cooperativas por entenderem ser mais vantajoso o trabalho autônomo.

Pontuaremos mais algumas dificuldades enfrentadas pelos catadores no processo de coleta dos resíduos sólidos, de acordo com o PMGIRS: I- falta de capacitação gerencial e resistência às mudanças de rotinas de trabalho; II- preços de vendas ditados por sucateiros, e os destes, por indústrias recicladoras; III- pela ausência de mobilização comunitária e divulgação das ações a fim de que seja incentivada a participação da sociedade.

Em meio a tantas dificuldades, os catadores ainda enfrentam preconceito frente à sociedade que, por vezes, os desvalorizam por causa do seu local de trabalho e da atividade que desenvolvem. Porém, essa atividade é essencial na gestão de resíduos sólidos, pois, conforme Nunesmaia (apud GONÇALVES, 2005, p. 91),

[...] a reciclagem vem sendo expandida como forma de tratamento dos resíduos sólidos urbanos. A recuperação de materiais recicláveis presentes no lixo possibilita seu reaproveitamento e pode ser também considerada fonte de matéria-prima secundária na fabricação de novos produtos.

Os catadores vêm ao longo de muitos anos em busca de mudar o contexto do qual fazem parte, em 2002, tiveram sua atividade reconhecida e registrada na Classificação

Brasileira de Ocupação (CBO), sob nº 5192-05 como “Catador de Material Reciclável”. Porém, apesar desta conquista, ainda lutam para serem inseridos de modo efetivo nas políticas públicas de resíduos sólidos. Eles se encontram no início da cadeia de comercialização dos resíduos sólidos, executam as funções de coletar, transportar, triar, prensar, armazenar e negociar a venda dos materiais aos atravessadores, ou seja, tal atividade consiste em todo o processo que antecede a reciclagem. Parece uma tarefa fácil, mas em cada etapa do processo de trabalho, eles encontram adversidades, pois enfrentam longas caminhadas, oscilações do clima, preconceitos, os materiais nem sempre são disponibilizados, falta de atenção à saúde e sem falar da omissão por parte da gestão pública. Ainda neste estudo, trataremos das dificuldades relatadas por eles. Conforme Moura Fé e Faria (2011, p.20) discorrem que:

O trabalho social realizado pelos catadores de resíduos reciclados ao mesmo tempo em que se recobre de uma dimensão ambiental evidente ao reduzir a pressão sobre os aterros sanitários e lixões, representa também um elo importante da cadeia de produção industrial, permitindo o reaproveitamento de matérias-primas a baixo custo. Na ponta da cadeia, a catação é realizada de forma precária por uma população extremamente pobre, inseridas em processos informais, exteriormente aos mecanismos do direito e da proteção social do trabalhador assalariado.

Ao desenvolverem essa atividade, eles não estão apenas como pessoas que catam para sobreviver, mas principalmente, como agentes ambientais, uma vez que trabalham retirando do meio ambiente os resíduos sólidos que a sociedade descarta de maneira indevida. Conforme Rocha (2012), no projeto piloto, o poder público por meio da Emlur, denominou os catadores como “agentes ambientais”.

Corroborando com o exposto acima, a PERS (2014, p.47) confirma que “os catadores foram reconhecidos pela nova lei como agentes da gestão dos resíduos sólidos. Isso significa que sua participação, tanto na coleta seletiva nas residências e empresas como na separação dos resíduos para reciclagem, deve ser priorizada pelos municípios”.

A sociedade continua querendo dominar a natureza, ao invés de caminhar lado a lado, em união deixando de ser predador dela, e passando a ser aliado. O trabalho em conjunto do poder público, da sociedade e dos catadores, no processo de reciclagem e em defesa da natureza, pode colaborar com a melhoria do meio ambiente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A composição deste estudo seguiu a classificação de Gil (2008) que divide a tipologia da pesquisa em duas partes. A primeira parte se refere à tipologia em relação aos objetivos do estudo e a segunda tipologia se volta para os delineamentos/meio da pesquisa. Assim, a tipologia referente aos objetivos deste estudo se conduziu por um estudo exploratório acerca das dificuldades a serem apontadas pelos catadores de materiais recicláveis no município de João Pessoa/PB. Quanto à tipologia de delineamento ou meios, este estudo realizou uma junção entre a pesquisa bibliográfica, documental, quando estudados autores e documentos oficiais sobre a política ambiental e de resíduos sólidos do país, estado e município, dentre outros assuntos correlacionados ao objeto de estudo, e de campo, pois se buscou extrair das pessoas informações e detalhamento sobre o objeto investigado. Mas também tem a preocupação com a profundidade e não na precisão, o que leva o pesquisador a preferir a utilização de depoimentos e entrevistas com níveis diversos de estruturação, segundo Gil (2008).

Sendo assim, teremos, como universo de pesquisa, as associações de catadores de materiais recicláveis de João Pessoa e o recorte do universo será por meio de amostragem não-probabilística, por ter facilidade ao acesso com os catadores que fazem parte da gestão de duas associações do universo pesquisado. Dentro do universo, identificaram-se as seguintes associações: Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Paratibe – Acampar; Acordo Verde; Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de João Pessoa – Ascare – JP; Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis – Astramare; e Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis de João Pessoa – CataJampa. A partir destas organizações de catadores em João Pessoa, utilizamos como amostra duas organizações, a Ascare, conta com 12 catadores e a CataJampa com 18 catadores, entretanto, participaram da coleta de dados 10 catadores da Ascare e 5 catadores da CataJampa, portanto, procurou-se manter uma legitimidade de pelo menos 50% do total de catadores existentes nas duas associações de materiais recicláveis que atuam com a coleta dos resíduos sólidos da cidade de João Pessoa/PB.

O instrumento de pesquisa usado para coleta de dados entre os catadores de materiais recicláveis foi o formulário (apêndice A), que “pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas” Gil (2008, p.115). Deste instrumento de coleta de dados, escolhemos algumas perguntas mais pertinentes ao problema estudado, tais como: a) dados de caracterização: perguntas, 2, 3, 7, 12

e 16; b) trabalho com catação de resíduos sólidos, apenas a questão 6; c) gestão de resíduos sólidos: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11.

Quanto ao processo de investigação e análise dos dados, tentamos aplicar procedimentos do método dialético, trabalhando com as unidades dos opostos entre o discurso oficial e a prática observada dos catadores; a relação entre a qualidade e a quantidade, procurou-se perceber se houve um avanço no contexto histórico a partir dos processos quantitativos de mudanças provocados pela política de resíduos sólidos e sua a gestão; e o terceiro movimento metodológico, que procurou encontrar os elementos de negação da negação, buscando, nesse sentido, se as mudanças produzidas entre o pensado e o concreto provocaram um desenvolvimento em relação ao objeto de estudo (GIL, 2008).

A abordagem de análise dos dados se deu a partir do desdobramento do método, portanto, buscou-se fazer uma análise qualitativa e quantitativa, observando tanto os dados fechados, objetivos, quanto os dados abertos, subjetivos. Muito embora, tenha ocorrido uma separação didática, pois, para as questões fechadas, utilizamos a análise quantitativa, por meio de estatística simples com médias, coeficientes de frequência e, acerca dos dados abertos, foi realizada uma análise de conteúdo ou de discurso, cruzando as informações obtidas no ambiente de trabalho juntamente com as entrevistas para, assim, mensurar todos os dados coletados.

O plano de trabalho de campo foi realizado entre os meses de julho e agosto do corrente ano para empreender-se uma identificação inicial do número de associações de materiais recicláveis para, assim, delimitarmos o número de pessoas que colaboraram com este estudo.

A seguir serão apresentados os resultados relacionados às dificuldades enfrentadas pelos catadores no cotidiano de trabalho.

4 RESULTADOS EM RELAÇÃO ÀS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS CATADORES EM SEU DIA A DIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A coleta de dados foi realizada com catadores de materiais recicláveis de associações da categoria no município de João Pessoa/PB. Buscou-se realizar uma caracterização dos entrevistados a fim de conhecer um pouco mais sobre o universo investigado. Para tanto, na Tabela 02, será apresentada a média de idade dos catadores; separamos, por períodos de idade a cada 5 (cinco) anos.

TABELA 2 – Média de idade dos catadores

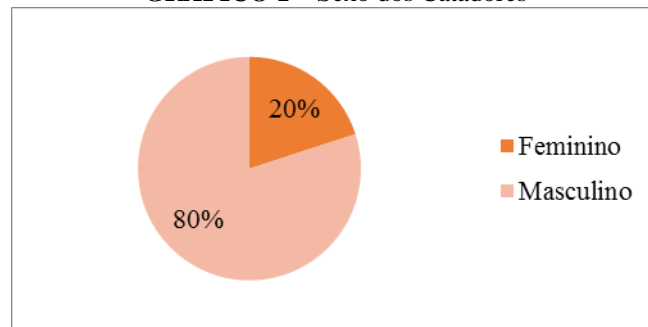
<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>Coefficiente de frequência (%)</i>
18 a 22 anos	5	33%
23 a 27 anos	1	7%
33 a 37 anos	2	13%
38 a 42 anos	1	7%
43 a 47 anos	2	13%
48 a 52 anos	3	20%
53 a 57 anos	1	7%
Total	15	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Ao observar a Tabela 2 acima, notamos que, embora algumas idades tenham baixas frequências, há variedade na idade dos trabalhadores de catação de resíduo sólido. A idade com maior frequência está no período de 18 a 22 anos, com 33%, muitos encontraram, no trabalho de catação de resíduos sólidos, uma fonte de renda para ajudar em casa ou sustentar sua própria família. A segunda maior frequência está no período de idade entre os 48 a 52 anos, com 20%, é provável que todos tenham iniciado nesta atividade pelo mesmo motivo, ou também, por não possuir escolaridade necessária para outras atividades, por isso também são excluídos socialmente.

Segundo Gonçalves (2005), os catadores de materiais recicláveis vivem de maneira insalubre em seu trabalho e frágeis em outras áreas da vida. Sobre exclusão social Escorel (1999, p.67) relata, “um processo, porque fala de um movimento que exclui, as trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, marcadas pela fragilidade sócio-relacional ou pela precariedade de trabalho”.

A grande maioria dos entrevistados são homens, embora existam mulheres trabalhando na catação de resíduos sólidos, conforme apresentado no Gráfico 1:

GRÁFICO 1 – Sexo dos Catadores

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Entre os 15 entrevistados, 80% são do sexo masculino e 20% do sexo feminino, esse é um dado interessante, pois quando andamos nas ruas, vemos muitas mulheres catando, inclusive com seus filhos ao lado; e elas o fazem para alimentá-los, minimamente. Ao analisar o contexto, entretanto, depreendemos que nas organizações pesquisadas, a desigualdade entre homens e mulheres também se faz presente. Sobre a figura feminina no trabalho como catadora, conforme Wirth (2011, p. 105), “O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária SIES (2007) mapeou 59% de mulheres no segmento da reciclagem. Já o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima que o quadro é composto em 75% por mulheres.”

Mesmo sendo difícil a vida nessa atividade, alguns catadores têm um longo período de tempo dentro da catação, posto que começaram a trabalhar nessa atividade através de seus pais que também trabalham com resíduos sólidos, talvez por influência ou por falta de opção de emprego, enfim, as histórias de vida são diferentes, mas o destino é o mesmo. Muitos fundaram associações ou se tornaram associados, como veremos na Tabela 3, alguns estão, possivelmente desde os seus 18 anos, não podemos precisar, pois está informação aqui é irrelevante.

TABELA 3 – Tempo de trabalho com catação

<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>Coefficiente de frequência %</i>
De 1 a 5 anos	5	33%
De 12 a 16 anos	3	20%
De 17 a 21 anos	1	7%
De 22 a 26 anos	1	7%
De 32 a 36 anos	4	27%
De 6 a 11 anos	1	7%
TOTAL	15	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Na Tabela 03, verificamos que a maior frequência encontrada está na resposta de até 5 anos trabalhando com catação, algumas pessoas desse grupo são as mais jovens. O segundo

maior valor está com pessoas que trabalham na atividade a mais de 30 anos, com isso, percebe-se que começaram cedo nessa atividade e já permanecem há muitos anos, criando uma determinada forma de vida.

Uns já trabalharam individualmente, outros iniciaram suas atividades já como associados ou até já vieram de outras associações, como, por exemplo, os remanescentes oriundos da Associação Astra Mare criada no antigo Lixão do Roger, que, em 2003 foi fechado.

FIGURA 2 – Antigo Lixão de Roger



Fonte: Google.com.br (2016)

Os resíduos sólidos, que antes eram destinados a este lixão, estão sendo encaminhados para o Aterro Sanitário Metropolitano⁴ de João Pessoa, localizado no município de Santa Rita/PB.

FIGURA 3 – Aterro sanitário de João Pessoa



Fonte: Google.com.br (2016)

⁴ A região metropolitana de João Pessoa, compreende os municípios de Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Pedras de Fogo, Pitumbu, Rio Tinto e Santa Rita.

Tendo em vista as informações trazidas nas Tabelas 1 e 2, que contêm as médias de idade dos catadores e o tempo que trabalham com os resíduos sólidos, foram indagados também há quanto tempo estão nas atuais Associações de Catadores a Ascare e a Catajampa, os dados mostraram que eles se encontram acima de 6 anos vinculados à essas instituições, conforme se vê na Tabela 4:

TABELA 4 – Quanto tempo estão na organização atual

<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>Coefficiente de frequência %</i>
Até 2 anos	4	27%
Até 5 anos	3	20%
De 6 anos acima	8	53%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Esse dado revela que, de forma quase imprescindível, o trabalho de catadores exige que eles formem grupos de trabalho como um mecanismo de sobrevivência diante de uma atividade bastante insalubre em que os ganhos ainda são reduzidos, mesmo considerando a relevância da economia provocada pelos resíduos sólidos.

Essa realidade se mostra mais efetiva, quando eles foram indagados como eles percebiam o próprio trabalho que realizavam, 33% consideraram que dependem do trabalho para sustentar a família; 22% disseram que consideram como bom ou ótimo o que realizam, conforme se vê na Tabela 5 a seguir.

TABELA 5 – Sentimento em relação ao trabalho

<i>Categorias</i>	<i>Totais</i>	<i>Coef.%</i>
Depende deste trabalho para sustento da família	6	33%
Bem ou Ótimo	4	22%
Normal	2	11%
Não está totalmente satisfeito/feliz	2	11%
Completo, pois entende a importância de seu trabalho	2	11%
Pretende melhorar	1	6%
Profissional	1	6%
TOTAL	18	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Nas respostas, estão apresentadas, de forma direta, o valor subjetivo que eles dão ao que fazem, mas também, a questão do sustento familiar é fundamental. No Brasil, dificilmente uma pessoa com letramento ou com uma profissão trabalharia com o lixo, diante de um conjunto de preconceitos ainda existentes na sociedade. Por isso, quando um deles respondeu que se sentia completo, porque entendia a importância de seu trabalho para sociedade, é uma

resposta que nos ajuda a pensar sobre a necessidade de trabalhar os preconceitos ligados a essa profissão, como uma das medidas a ser difundidas na sociedade.

4.2 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS CATADORES EM RELAÇÃO À GESTÃO DO PMGIRS

Esta seção foca em algumas questões relacionadas às dificuldades enfrentadas pelos catadores em relação à gestão do PMGIRS, trazendo alguns dados estatísticos, trabalhamos numa análise a partir da taxa de frequência e percentual simples.

A Tabela 6 apresenta as principais dificuldades citadas pelos catadores durante a aplicação do formulário, tais dificuldades são as mesmas que já existiam antes da criação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, e após não houveram melhoras expressivas, e para alguns a situação piorou. Conforme as descrições deles:

TABELA 6 – Dificuldades relatadas pelos catadores

<i>Categorias</i>	<i>Totais</i>	<i>Coefficiente de frequência (%)</i>
A população não disponibiliza o material	7	23%
A população não separa os materiais recicláveis do lixo	4	13%
Preconceito e não reconhecimento do trabalho realizado	4	13%
Clima e longas caminhadas	3	10%
Equipamento de proteção individual	3	10%
Falta de equipamentos e Manutenção	3	10%
Infraestrutura	2	7%
Não reconhecimento do poder público	2	7%
Nenhuma	1	3%
Risco de contaminação	1	3%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Nas respostas dadas pelos catadores, tornou-se visível a existência de dois atores, o poder público e a sociedade. No que concerne ao poder público temos: falta de equipamentos e manutenção, 10%; falta de equipamento de proteção individual, 10%; infraestrutura, 7%; e por fim, o não reconhecimento do poder público, 7%. Sobre tais dificuldades, uma das estratégias citadas no Plano para o alcance das diretrizes é:

Estruturar as sedes das associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis com balanças, prensas, EPI's, além de garantir infraestrutura digna de trabalho com galpões com ventilação adequada, banheiros e área para realizar refeições, em um primeiro momento da gestão (antes dos convênios). (PMGIRS, 2014, p.115)

Já no que se refere à sociedade, temos: preconceito e não reconhecimento do trabalho realizado, 13%; a população não disponibiliza o material, 23%; a população não separa os materiais recicláveis do lixo, 13%; e risco de contaminação, 3%. Para tais dificuldades, o PMGIRS (2014) traz a estratégia de “Incentivar a segregação dos resíduos sólidos na fonte geradora, facilitando assim a coleta seletiva pelas associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis”.

Separando essas respostas por atores contabiliza-se que o poder público com 34% e a sociedade com 49%. Porém, a sociedade que detêm o valor mais significativo, não é totalmente culpada, pois o poder público é o responsável direto pela política de resíduos sólidos do município e tudo que ela envolve, inclusive os catadores de materiais recicláveis e sua inclusão socioeconômica.

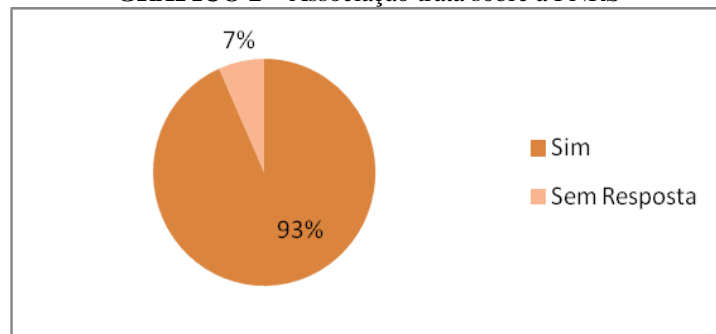
Contudo, a sociedade tem sua parcela de culpa por não buscar informações e estagnar-se ante as questões que supostamente não são de seu interesse, tornando-se omissos, principalmente, no que se relaciona com o meio ambiente que deveria ser interesse de toda a sociedade.

Diante dessas dificuldades apontadas pelos catadores e de algumas estratégias do Plano citadas aqui para solucionar problemas que perduram durante anos, vê-se a ineficiência do PMGIRS, pois, de acordo com a PNRS, responsabiliza que a coleta, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos sejam compartilhados entre o poder público, empresas e consumidores (MARCHI, 2015). Isso, segundo, os dados informados pelo catadores não vem acontecendo de forma organizada nem a contento para a categoria.

Na sequência, serão tratados dados sobre o conhecimento dos catadores em relação ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos-PMGIRS.

4.3 CONHECIMENTO DOS CATADORES SOBRE O PMGIRS

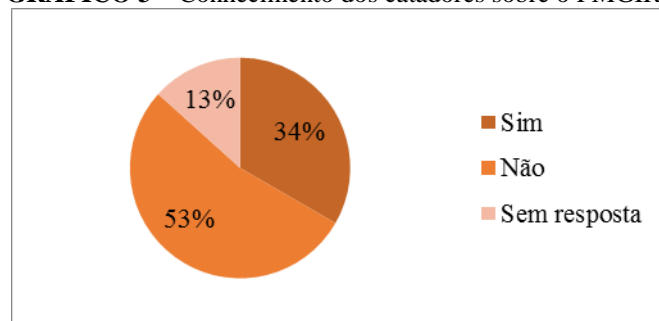
Todos os catadores que participaram da coleta de dados são associados e, quando indagados se a associação trata da política de resíduos sólidos, apenas um catador se absteve de responder, enquanto os demais, 93%, responderam que sim. Como apresenta o Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – Associação trata sobre a PNRS

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Embora a maioria tenha respondido sim, poucos têm conhecimento/interesse sobre as políticas de resíduos sólidos, pois para muitos, o que mais importa é a catação. Os poucos catadores que têm conhecimento sobre a existência do plano, durante a fase de estruturação, estavam e ainda estão à frente da associação, exercendo função de presidente, vice-presidente ou secretário.

No Gráfico 3, constatou-se que 34% dos entrevistados têm conhecimento do que é o PMGIRS, 13% não sabem do que se trata e 53% não responderam.

GRÁFICO 3 – Conhecimento dos catadores sobre o PMGIRS

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Quando somados aqueles que disseram não ter conhecimento e os que não responderam, o resultado totalizou 66% das respostas. Esse dado colabora e entra em contradição com um dado apresentado no Gráfico 3, onde 93% dos catadores entrevistados disseram que a associação da qual fazem parte trata de questões ligadas à Política de Resíduos Sólidos. Durante a aplicação, percebeu-se que alguns catadores ficavam inseguros ao responder, com isso fica evidente mais uma falha da política, pois um dos atores beneficiários desta não tem conhecimento da existência e muito menos de seus direitos.

Dentre os 34% dos entrevistados que afirmaram ter conhecimento do que é o PMGIRS, apenas um disse ter participado de entrevistas e rodas de conversa nos três níveis de

governo, sendo representados pelas Secretárias de Meio Ambiente. Outros dois disseram terem sido fotografados, porém sem ter tido qualquer explicação sobre o plano, só foram avisados que as fotos seriam para expor no documento do plano. Embora o PMGIRS tenha sido criado no ano de 2014, não houve mudanças após sua criação, ao longo desta análise, poderá constatar tal fato.

A Tabela 7, apresenta informações sobre a forma como os catadores eram tratados antes e depois da criação do plano, tanto pela população como pelo poder público, vale salientar que 8 catadores, representando 53%, não quiseram responder por não conhecer o plano.

TABELA 7 – Percepção sobre o tratamento recebido pela sociedade e poder público após a criação do PMGIRS

População			Poder público		
<i>Categorias</i>	<i>Totais</i>	<i>Coefficiente de frequência (%)</i>	<i>Categorias</i>	<i>Totais</i>	<i>Coefficiente de frequência (%)</i>
Sem resposta	8	53%	Sem resposta	8	53%
Mesma coisa	3	20%	Mesma coisa	3	20%
Com o recolhimento feito pela Energisa alguns pontos de coleta encontram-se fechados	2	13%	Após criação do plano, os catadores que não forem cadastrados na EMLUR, cometem crime.	2	13%
Ficou melhor de trabalhar	1	7%	Ficou melhor de trabalhar	1	7%
Poucas pessoas passaram a fazer a separação	1	7%	Passaram a doar material	1	7%
TOTAL	15	100%	TOTAL	15	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Partes das respostas dadas pelos catadores foram as mesmas para a população e o poder público, inclusive na representação em percentual. Conforme mostrado na Tabela 7, acima, as respostas de 20% dos entrevistados representam estagnação, porque mesmo com a criação do plano, eles permaneceram enfrentando as mesmas dificuldades; apenas 14% das respostas significaram melhorias, embora 7% não tenham sido especificadas em qual sentido, ambas as respostas foram dadas ao que concerne à população e ao poder público.

Para as respostas dadas separadamente à população, representando 13%, que diz: “Com o recolhimento feito pela Energisa alguns pontos de coleta encontram-se fechados”, significa dizer que os materiais que antes eram destinados aos catadores agora estão sendo separados e destinados ao Grupo Energisa através do Projeto Conta Cidadã Energisa, no qual “O valor do desconto depende da quantidade e do tipo de resíduo levado, pois cada resíduo

tem seu valor de mercado” (ENERGISA, 2016). Porém uma das estratégias do Plano veda prática deste programa:

Proibir as empresas privadas de realizarem junto ao município campanhas que promovem a troca de resíduos sólidos recicláveis por vantagens financeiras, descontos, bens ou serviços, bem como implantar penas punitivas para as que descumprirem esta determinação (PMGIRS, 2014).

Já para os 13% do poder público representado pela resposta “Após criação do plano, os catadores que não forem cadastrados na Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR, cometem crime”, segundo foi relatado por duas catadoras da mesma associação, várias solicitações de cadastramento por meio de ofício foram feitas, porém todas indeferidas.

O Art. 18 da PNRS, traz o seguinte texto: “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2010). Confirmando o que traz o Art. 18 da PNRS, Marchi (2015, p.93) “reconhece também a ação dos catadores de materiais recicláveis, como a força motriz da coleta seletiva, seja ela de caráter formal ou não”. Diante do exposto, entende-se que o poder público municipal que é o responsável pelo plano de gestão integrada de resíduos sólidos, deveria ter o mínimo de diálogo possível com as organizações de catadores, pois, dentro das políticas de resíduos sólidos, nacional, estaduais e municipais, eles são atores importantes. Embora isto esteja expresso na PNRS, no município de João Pessoa, segundo os catadores não é bem o que acontece, como será exposto na Tabela 8.

TABELA 8 – Diálogo entre poder público e catadores

<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>Coefficiente de frequência (%)</i>
Sem resposta	6	40%
Não existe diálogo com o poder público municipal.	4	27%
Relação inconstante, em anos anteriores pagavam contas fixas da associação.	2	13%
Se pudessem tirariam os catadores da rua	1	7%
Doação de materiais	1	7%
Bem, por intermédio do Presidente da associação	1	7%
TOTAL	15	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Entre todos os entrevistados, 40% não responderam a esse questionamento; outros 27% disseram que não existe diálogo com os gestores públicos do município, e que o pouco diálogo que existe é com o Governo do Estado da Paraíba, através da Secretária de Segurança Alimentar e Economia Solidária. Em 13% das respostas, fica claro que a única relação que

tinham era terem as contas fixas da associação pagas pelo poder público municipal, e mesmo estando em ano de eleição, nada melhorou.

Para Lima (2007), a gestão pública é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade. Mas a gestão deve atentar para aspectos de todos os fatos que podem acontecer numa cidade; os catadores, porém, sentem-se desprezados, excluídos e negligenciados por parte do poder público, pois, além da falta de diálogo com a criação do plano, o que era para melhorar, piorou.

De todas as respostas, só encontramos uma positiva, que foi a doação de materiais, porém, durante a coleta de dados, não ficou claro que os materiais eram doados de órgãos da Prefeitura Municipal de João Pessoa, mas sim de algumas secretarias do estado, de instituições como a Universidade Federal da Paraíba e o Banco do Brasil.

De acordo com o Art. 41 do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, que institui normas para a execução da PNRS,

Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010).

O PMGIRS foi criado com intuito de identificar as falhas, planejar e implementar medidas formuladas pelo poder público municipal, visando, entre outras coisas, à inclusão socioeconômica dos catadores e a melhorias em seu trabalho. Para tanto, buscamos saber, com os catadores, se o plano contemplou as melhorias necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho de maneira digna.

TABELA 9 – Sentido que o PMGIRS contemplou o trabalho do catador

<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>Coefficiente de frequência (%)</i>
Sem Resposta	8	42%
Não contemplou nenhuma melhoria	6	31%
Veio para enriquecer grandes empresários	2	11%
Catadores ficam submissos às vontades do poder público que nada faz para mudar a situação.	2	11%
Sim	1	5%
TOTAL	19	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

No Tabela 9, os mesmos 8 catadores, que neste momento representam 42% das respostas, e que afirmaram não ter conhecimento do plano no Gráfico 3, preferiram não responder a esse questionamento também. Em 31% das respostas, os catadores disseram que o

plano não contemplou nenhuma melhoria. Duas respostas relevantes e que, se somadas, representam 22%, que são: “veio para enriquecer grandes empresários” e “catadores ficam submissos às vontades do poder público que nada faz para mudar a situação”, a primeira resposta foi dada referindo-se ao programa da Energisa e, em conversa informal com os catadores que deram tal resposta, disseram ainda que, “por cada dia de coleta da Energisa, a empresa fatura por baixo o montante de R\$4.000,00 e que alguns eletrodomésticos que antes eram doados a nós, passaram a ser destinados à empresa”. A segunda resposta é uma contradição ao plano, criado para replanejar a questão dos resíduos sólidos e promover a inclusão dos catadores na cadeia da reciclagem, com boas estratégias e que se fossem implementados como está posta na teoria, teríamos resultados positivos.

Diante das falhas existentes na política de resíduos sólidos, no plano de gestão integrada de resíduos sólidos do município e em tantos problemas que os catadores de materiais recicláveis enfrentam ao longo dos anos, nos faz pensar sobre como eles fariam para melhorar um pouco o seu trabalho, no Tabela 10, eles respondem tal indagação.

TABELA 10 – Como o próprio catador pode melhorar seu trabalho

<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>Coef. %</i>
Se qualificar	4	20%
Maior dedicação	4	20%
União	3	15%
Encontros de catadores para trocar de experiências e informações	2	10%
Atividade de agente ambiental	2	10%
Promover atividades que ajudem a divulgar o seu trabalho	2	10%
Sem resposta	2	10%
Não tem condição de melhorar	1	5%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Para melhorar o trabalho na catação, os catadores fizeram apontamentos pertinentes e conscientes que podem, sim, melhorar, embora 10% não tenham opinado e 5% afirmaram não ter condição de melhorar. Toda e qualquer profissão precisa de qualificação, para 20% dos catadores, essa foi a resposta dada, pois eles sabem como é importante ter capacitações para melhor aproveitarem os materiais recolhidos e tratá-los da maneira adequada e atenderem melhor à sociedade, com isso, acabam dedicando-se mais ao que fazer, como foi afirmado por 20% dos entrevistados. Mas o que chama atenção é que o que eles disseram poder fazer para melhorar seu próprio trabalho é o que deveria ser realizado pela gestão pública municipal, promover encontro de catadores para troca de experiência e atividade de divulgação, não que só o poder público possa fazer, mas que os catadores não têm condições de realizarem essas ações sem o apoio do poder público.

TABELA 11 – Melhorias no trabalho dos catadores através da associação

<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>%</i>
União entre os associados	4	17%
Divulgar as atividades	3	13%
Melhoria na infraestrutura	3	13%
Buscar fornecedores, geradores e órgãos públicos a fim de realizar parcerias para coletas futuras	2	9%
Equipamentos que melhorem o funcionamento da associação	2	9%
Englobar todas as associações do município a fim de todas trabalharem em rede	2	9%
Capacitação para melhoria no trabalho dos associados	2	9%
Sem resposta	2	9%
Apresentar o plano	1	4%
Intensificar a atividade, aumentando a retirada do material do meio ambiente	1	4%
Não tem condição de melhorar	1	4%
Total	23	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Algumas respostas encontradas na Tabela 11 coincidem com as respostas da Tabela 10, como por exemplo, “união”, isso nos leva a refletir sobre o significado de tal palavra, que, de acordo com dicionário Aurélio, trata-se de: “1 Ato ou efeito de unir. 2 Junção de duas coisas ou pessoas. 3 Conformidade de esforços ou pensamentos. 4 Concórdia. 5 Aliança. 6 Adesão. 7 Confederação. 8 Contato. 9 Liga. 10 Casamento. 11 O governo federal brasileiro.” O que podemos concluir sobre a referida resposta, é o que se menciona na Tabela 10, transmite a ideia de que falta união entre eles, e que, embora associados, todos trabalham individualmente. Para isso mudar, cada associado deve entrar/estar em acordo sobre as decisões que sejam necessárias para a melhoria do trabalho, da organização e lutar coletivamente por seus direitos, ao realizarem isto, deixam de ser catadores individuais e se tornam, de fato, catadores associados. Já na Tabela 11, com 17% das respostas, pode-se depreender que os gestores da organização não lutam com veemência em busca desta tão falada união, não apenas entre seus associados, mas com vistas a unir tal categoria com outras organizações para fortalecer o empreendimento.

Outras respostas pertinentes foram buscar fornecedores e apresentar o plano, representando 9% e 4% respectivamente. Sobre a busca de fornecedores, que também é citado no plano, isto deveria ocorrer, pois as associações devem ser mais ativas e buscar suas próprias melhorias; divulgar sobre o *modus operandi* do trabalho e os benefícios que esta parceria pode trazer a todos os envolvidos, e não só esperar pelo poder público. E outra resposta interessante citada foi “apresentar o plano”, ao analisar esta colocação e os dados apresentados no Gráfico 2, visto anteriormente, onde foi visto que 53% dos catadores entrevistados não sabem o que é o PMGIRS, e durante este tratamento dos dados, ficou cada

vez mais evidente a necessidade de levá-los a ter conhecimento das legislações, planos e direitos que têm, porém ficam dependentes apenas das vontades do poder público.

De acordo com os catadores de materiais recicláveis, a sociedade tem papel relevante no desenvolvimento do trabalho, pois é ela quem fornece boa parte dos materiais recicláveis. Porém existem barreiras a serem ultrapassadas.

TABELA 12 – Melhorias no trabalho dos catadores através da sociedade

<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>Coef. %</i>
Doar os materiais aos catadores	10	45%
Separar o material reciclável do orgânico	8	36%
Mais compreensão e conscientização da importância desta atividade	2	9%
Se reeducar	1	5%
Sem resposta	1	5%
TOTAL	22	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

A Tabela 12 mostra que 45% dos entrevistados afirmaram que a sociedade pode colaborar com a melhoria do trabalho do catador no sentido de doar seu material reciclável, conforme foi apresentado no Quadro 1, a população não tem destinado seu material ao catador que faz o trabalho de agente ambiental, e, na Tabela 7 deixa claro o motivo, pois esse material que deveria ser doado às associações de catadores de materiais recicláveis, estão sendo entregues à Energisa. Muitos catadores dependem exclusivamente da renda que tiram da catação, e encontram, nas ruas, prédios, casas, bares e restaurantes, sua fonte de renda.

Ainda afirmaram, em 36% das respostas, que a sociedade pode melhorar o trabalho deles separando os materiais, talvez não separando cada material, mas sim os orgânicos dos recicláveis. A sociedade, ao fazer isto, colabora muito com os catadores, pois não haverá risco de contaminação com possíveis resíduos de curativos e injeções, e nem de corte com vidros estilhaçados.

Além disso, 9% ainda mencionaram mais compreensão com a atividade realizada por eles, que não se trata só de um ganha pão, muitos se orgulham do que fazem por retirar das ruas o que a sociedade descarta de maneira indevida, ou seja, o bem que fazem é ao meio ambiente, à sociedade, ao poder público e a eles mesmos, embora sejam excluídos, discriminados como decorrência do forte preconceito.

As afirmativas referentes às melhorias que o poder público poderia fazer para as associações de catadores de materiais recicláveis, estarão na Tabela 13 que seguirá abaixo, nele, nota-se que algumas das melhorias citadas constam no plano, mas, pela falta de aplicação, os catadores as mencionam.

TABELA 13 – O Melhorias no trabalho dos catadores através do poder público municipal

<i>Categoria</i>	<i>Totais</i>	<i>Coef. %</i>
Divulgação do trabalho dos catadores e os programas no qual estão inseridos	5	17%
Apoiar a categoria e possibilitar melhores condições de trabalho	3	10%
Fornecer os materiais de órgãos públicos	3	10%
Criar políticas de incentivos aos grandes geradores para que doem seus materiais a catadores	3	10%
Recrutamento dos catadores para realização da educação ambiental no município	3	10%
Realizar trabalho de conscientização, transformar a sociedade em um doador ativo	3	10%
Pontos de coletas fixos em escolas, igrejas e associações de moradores.	2	7%
Acompanhamento e melhor atendimento na rede de saúde por sua atividade de trabalho ser insalubre	2	7%
Retirar os benefícios de empresas privadas	1	3%
Criar leis que beneficiem os catadores	1	3%
Melhorar infraestrutura de galpões antigos e doação de novos	1	3%
Doação de equipamentos para associações	1	3%
Pagamento	1	3%
Sem resposta	1	3%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa direta (2016).

Para esta indagação, foram obtidas 30 respostas, a mais citada foi “divulgação dos programas em que os catadores estão inseridos”, com 17%, o que, na verdade, era para ser realizado sempre, não apenas sobre os programas, mas também, sobre a importância das atividades desenvolvidas, o programa de coleta seletiva que está sem visibilidade, de certa forma, isso serviria para que a população tivesse consciência do serviço prestado pelos catadores e os transformasse em doadores ativos, como foi dito por 10% dos entrevistados.

Em 10% das respostas, foi dito apoio à categoria e melhoria de condições de trabalho, que pode ser somada à melhoria de galpões e doação de novos, como também, doação de equipamentos, unidas, essas respostas totalizaram 16%, porém, tais propostas já se encontram no plano, mas, como está sendo notado, nada foi implementado.

Entre todas as respostas citadas, uma em especial chama mais atenção, embora tenha sido expressa por apenas 7% dos entrevistados, acompanhamento e melhor atendimento na rede pública de saúde por se tratar de trabalho insalubre. Sobre isso, afirma Gonçalves (2005, p. 96),

No caso dos catadores de materiais recicláveis, que estão normalmente em contato contínuo e direto com o lixo, a exposição se dá por meio da inalação, do contato dérmico, contaminação via oral (principalmente de alimentos), além de existirem outros riscos, como acidentes diversos (cortes, atropelamentos por caminhões e tratores) em função de estarem próximos a áreas violentas.

Ao darem esta resposta, nota-se a consciência que eles têm em relação a sua saúde e à de seus companheiros, pois, para eles, o Programa de Saúde da Família (PSF) deveria realizar campanhas dentro das associações, dando um pouco mais de atenção por consequência do trabalho que realizam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as informações contidas neste estudo, principalmente no que concerne às dificuldades vividas pelos catadores, percebeu-se que os dados representam velhos problemas que eles enfrentam no dia a dia de trabalho. Por outro lado, as dificuldades expostas por eles atingem tanto a sociedade, quanto o poder público, que, de uma forma ou de outra, seriam minimizadas se houvesse uma aplicação mais rigorosa no que está contido em toda a regulamentação sobre a gestão ambiental brasileira.

A legislação brasileira, nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal sobre gestão de resíduos sólidos, são elementos jurídicos suficientes para viabilizar a gestão das políticas públicas as bases necessárias para a implementação dos planos estaduais e municipais com diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas em sua aplicação.

Em relação ao detalhamento da gestão de resíduos sólidos do município de João Pessoa/PB, ao longo do tratamento realizado, notou-se um desencontro entre a teoria e a prática. É sabido que a implementação das leis demandam certo tempo, porém, ao estudarmos o PMGIRS, ficou nítido que, após dois anos de sua criação, as propostas de curto prazo (1 ano) trazidas pelo plano não foram implementadas; as melhorias que deveriam ocorrer para os catadores, surtiram efeito contrário, pois parte da população que antes disponibilizava o resíduo, agora reserva este para a Energisa recolher, segundo descrição dos catadores.

Em relação aos objetivos do estudo, acreditamos que foram alcançados, pois buscou-se realizar uma breve caracterização dos entrevistados, conhecer um pouco sobre o trabalho desenvolvido pelos catadores e saber o nível de conhecimento que eles detêm sobre o plano. Foi constatado que as dificuldades vividas pelos catadores remetem aos preconceitos e ao não reconhecimento, por parte da sociedade, de um lado, e, de outro lado, pela falta de separação dos resíduos sólidos e à não disponibilização. De acordo com os relatos deles, no que concerne ao poder público: a falta de equipamentos e manutenção, a falta de equipamento de proteção individual e de infraestrutura.

Além desses fatores, que o poder público não reconhece o trabalho do catador; justamente ele que é parte implicada na questão sócio-ambiental, tanto do ponto de vista dos direitos dos catadores, como de uma dimensão mais geral de uma visão “pobre” que o poder público tem sobre esse ator social, o catador, posto que eles trabalham para o Estado gratuitamente na medida em que se organizam em associações e cooperativas, de modo que urge, diante da frágil presença do poder público, que haja a regularização dessa função, como qualquer outra profissão.

Embora constem, no plano, metas e estratégias para coibir essas dificuldades, parte delas, em relação à sociedade, é consequência da falha do poder público que continua omissa, pois não tem implementado metas simples de conscientização e de divulgação dos programas; se o fizesse, haveria resultados consideráveis para os catadores. Ou seja, o trabalho de educação ambiental praticamente inexistente para a sociedade por parte do Estado.

Para essas dificuldades mencionadas acima, dentre outras, verificou-se que as ações da política de gestão de resíduos sólidos que foram realizadas junto aos catadores de materiais recicláveis, foram ratificadas ao longo deste estudo, mas o poder público já detém conhecimento de quase todas essas dificuldades que eles sofrem, pois parte delas também estão citadas no PMGIRS elaborado em 2014. Portanto, quando nos propusemos a investigar as dificuldades, gostaríamos de verificar, a partir de um ator social, qual era a visão deles e quais foram, ou não, as mudanças ocorridas a partir do PMGIRS.

Pudemos concluir, porém, que a gestão pública do PMGIRS precisa estar mais empenhada na realização de suas metas a partir do cumprimento dos prazos estabelecidos no que se refere aos problemas gerais do meio ambiente e, em particular, dos catadores, diante do fato de que a presença do catador é fundamental para a implementação da própria gestão do PMGIRS.

O estudo ainda tem lacunas, mas pode servir de base para que outros estudiosos da área prossigam com novas investigações. Em particular, realizar este estudo foi fundamental para o processo de conhecimento em gestão pública, mesmo que focalizando a área do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8419**

<<https://www.observatorioderesiduos.unb.br/painel/assets/uploads/files/996de-nbr-8.419-nb-843-apresentacao-de-projetos-de-aterros-sanitarios-rsu.pdf>>. Acesso em: 13 de Nov de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**

<<http://analiticaqmc.paginas.ufsc.br/files/2013/07/residuos-nbr10004.pdf>>. Acesso em: 20 de Out de 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de ago de 2010. Disponível em:

<<http://www.conselhos.org.br/Arquivos/Download/Upload/58.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 de set de 1981.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. **Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. . Disponível em:**

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7405-23-dezembro-2010-609831-normaatualizada-pe.pdf>>

ENERGISA. Projeto conta cidadã. Disponível em: <<http://www.energisa.com.br/Paginas/sustentabilidade/eficiencia-energetica/projeto-conta-cidada.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SCOREL, S. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro, Fiocruz 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, R. S. Catadores de materiais recicláveis: trabalhadores fundamentais na cadeia da reciclagem no país. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 82, p. 86-109, jul/2005.

JOÃO PESSOA. **Plano Municipal de Resíduos Sólidos de João Pessoa:** diagnóstico, v.1, n.1, mar-jul/2014. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/emlur/plano-municipal-de-residuos-solidos/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

JOÃO PESSOA. **Plano Municipal de Resíduos Sólidos de João Pessoa**: prognóstico e planejamento, v.2, n.1, mar-jul/2014. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/emlur/plano-municipal-de-residuos-solidos/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

JOÃO PESSOA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Lei complementar nº 29, de 29 de ago de 2002. **Institui o Código de Meio Ambiente do Município de João Pessoa e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA**. Semanário Oficial, João Pessoa, PB, 11 a 17 de março de 2012. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/codi_meio_ambi.pdf?7c8e42>. Acesso: 05 mar. de 2016.

KRAVETZ, Márcia Cristiane & BARBOSA, Manuela Santos. **Gestão Ambiental na Administração Pública**. 2013. Disponível em: <<http://www.grupouninter.com.br/revistameioambiente/index.php/cadernomeioambiente/article/download/167/111>>. Acesso em: 09 de mar de 2016.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MARCHI, C. M. D. F. **Novas perspectivas na gestão do saneamento: apresentação de um modelo de destinação final de resíduos sólidos urbanos**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n1/2175-3369-urbe-7-1-0091.pdf>>. Acesso em: 10 de mar de 2016.

PARAÍBA. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Paraíba**: relatório síntese, v.1, n.1, jul/2014. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/01/PLANO-ESTADUAL-VERSAO-PRELIMINAR.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

RECICLOTECA. Aterro x Lixão, nº 15, out./nov./dez. [S.n; S.l], 2000.

ROCHA, Vanessa José. **Política pública de resíduos e o trabalho associativo dos catadores de material reciclável**. Terezina/PI, 2012.

ROHEM, A. C. R. O que a sociedade rejeita... vai se tornar obra-prima: o trabalho dos catadores de lixo. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 119-150, jul/2004.

ROVEDA, M. et al. Reflexão ética sobre a problemática ambiental. **Revista Magistro de Filosofia**. Anapólis, v. 4, n. 4, jan/2010. Disponível em: http://catolicadeanapolis.edu.br/revistamagistro/?page_id=55. Acesso em: 16 de março de 2016.

WIRTH, Ioli Gewehr. A divisão sexual do trabalho em cooperativas de reciclagem: um olhar sobre os trabalhos das mulheres. In: ZANIN, Maria. GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (orgs.). **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre práticas. São Carlos: Claraluz, 2011.

ZANIN, Maria. GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (orgs.). **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre práticas. São Carlos: Claraluz, 2011.

APÊNDICE A.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

PROJETO DE PESQUISA

TEMA: Política ambiental do município de João Pessoa: uma análise sobre as dificuldades vividas pelos catadores de materiais recicláveis.

Aos Catadores de Materiais Recicláveis de João Pessoa/PB, solicitamos a sua participação nesta pesquisa acadêmica na área de Gestão Pública/UFPB. Em contrapartida, após a análise dos dados, podemos disponibilizar os resultados da pesquisa para as associações/cooperativas.

QUESTIONÁRIO

A) Dados de Caracterização:

1. Cooperado /associado? () Sim, () Não
2. Idade: _____
3. Sexo: () F, () M
4. Escolaridade: _____
5. Renda pessoal: _____
6. Renda familiar: _____
7. Quanto tempo trabalha com materiais recicláveis? _____
8. Outros membros da família trabalham com resíduos? Quantos? _____
9. Sempre trabalhou sob a forma de associado/cooperado? _____
10. Moradia: () própria, () alugada, () cedida, () invasão, () outros
11. Quantidade de pessoas que moram na sua residência? _____
12. Há quanto tempo está na associação ou cooperativa? _____
13. As despesas de sua família são pagas com o dinheiro que tira da venda do lixo?

14. Tem outra fonte de renda? () exerce outra atividade remunerada () recebe benefícios sociais, () ajuda de parentes, () os filhos menores trabalham, () outros.
15. Já exerceu alguma função/atividade na gestão da associação/cooperativa?

16. Como se sente em relação à sua atividade de catador de materiais recicláveis?

B) Trabalho com catação de resíduos sólidos

1. Como é desenvolvido o seu trabalho de catação de materiais no dia a dia?

2. Quais os principais materiais recolhidos na catação? Quais são os mais procurados ou valorizados? _____

3. Recebeu informações sobre o que são os resíduos sólidos, como tratá-los e como aproveitá-los? _____

4. Como os materiais que você recolhe são vendidos? _____

5. Você recolhe material reciclável através da logística reversa? Qual material? E onde ocorre? _____

6. Quais as dificuldades que você encontra para exercer seu trabalho no dia a dia?

C) Gestão de Resíduos Sólidos

1. A cooperativa e/ou associação que faz parte trata de questões ligadas à política de resíduos sólidos do município? () sim, () não
2. Sabe o que é o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? () sim, () não
3. Participou da elaboração da PMGIRS? Se sim, como?

4. A associação ou cooperativa da qual faz parte, coleta materiais recicláveis através do programa de coleta seletiva? () sim, () não
5. O programa da coleta seletiva veio colaborar para sua atividade? () sim, () não
6. Depois da criação do PMGIRS, mudou a forma como era tratado antes pela população e pelo poder público?

População	Poder Público

7. Como se dá a relação das organizações de catadores com o poder público municipal em João Pessoa? _____

8. Em sua opinião, o PMGIRS, em todas as questões ligadas ao catador (condições de trabalho, atividade laboral, melhorias necessárias), o plano contemplou?

9. Dentre as estratégias de ações propostas no PMGIRS para melhoria da atividade de catação, qual está sendo executada?

a. () Parcerias de associações e cooperativas com estabelecimentos comerciais e grandes geradores de resíduos;

b. () Divulgação do programa, cronograma e de como deve feita a separação dos materiais para coleta seletiva nos bairros;

c. () Fornecimento de equipamentos de proteção individual e carrinhos coletores as associações/cooperativas com intuito melhorar o trabalho de coleta seletiva;

d. () Outras, especificar: _____

10. Entre as ações citadas no plano, quais estão sendo efetivadas na prática?

a. () Manter o programa de coleta seletiva em destaque e divulgando para a população;

b. () Novos galpões, cadastramento dos catadores do município;

c. () Desenvolver atividades de educação ambiental;

d. () Cursos de capacitação para melhoria no trabalho dos catadores;

e. () Outros, especificar: _____

11. O que você, a associação, a sociedade e o poder público podem fazer para melhorar o trabalho de catação de materiais reciclados?

Pessoas	Ações
Catador	
Associação	
Sociedade	
Poder público	